

3. AUMENTO EXCECIONAL DOS FUNDOS DISPONÍVEIS A QUE ALUDE A ALÍNEA C) DO Nº. 1, DO ARTº. 4. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, proposta do Sr. Presidente da Câmara relativa ao aumento excecional dos Fundos Disponíveis a que alude a alínea c) do nº. 1, do artº. 4. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.



Proposta do Presidente da Câmara Municipal

(Aumento excecional dos Fundos Disponíveis a que alude a alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

Considerando que:

- A alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), determina que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:
 - . As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
 - . A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
 - . A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
 - . O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
 - . As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;
 - . **Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º.**
- O art.º 4.º da LCPA determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal;
- O n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

R

- Se encontram registados compromissos cujo momento de liquidação ultrapassa o trimestre de referência para o cálculo dos fundos disponíveis de janeiro estando cumprido o requisito estabelecido no ponto anterior.

Face aos considerandos enunciados proponho, nos termos do art.º 4.º da LCPA e considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o aumento excecional dos fundos disponíveis no valor de 10.000.000,00 €, assim discriminado:

Natureza da receita	Mês de Cobrança	Valor
IMI	1ª prestação - Maio	9.000.000,00
IMI	2ª prestação - Agosto	1.000.000,00
	Total	10.000.000,00

Braga, 4 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

